



Convite

Serviços de transferes 2025

ÍNDICE

PARTE I.	Disposições Gerais.....	3
Artigo 1.º	Identificação do Procedimento	3
Artigo 2.º	Entidade Adjudicante	3
Artigo 3.º	Órgão Competente para a Decisão de Contratar	3
Artigo 4.º	Fundamento de Escolha do Procedimento	3
Artigo 5.º	Peças do Procedimento.....	3
Artigo 6.º	Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento.....	4
Artigo 7.º	Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das Peças do Procedimento....	4
Artigo 8.º	Indicação do Preço Base.....	6
PARTE II.	Proposta	6
Artigo 9.º	Modo e Prazo de Apresentação da Proposta.....	6
Artigo 10.º	Conteúdo da Proposta	6
Artigo 11.º	Documentos que Integram a Proposta	7
Artigo 12.º	Requisitos da Proposta e respetivos Documentos.....	8
Artigo 13.º	Propostas Variantes	8
Artigo 14.º	Obrigação de manutenção da proposta.....	8
Artigo 15.º	Alteração e/ou Retirada da Proposta.....	9
PARTE III.	Análise da Proposta.....	9
Artigo 16.º	Esclarecimentos sobre os Documentos que integram as Propostas	9
Artigo 17.º	Análise das Proposta	10
PARTE IV.	Adjudicação	10
Artigo 18.º	Notifica��o da Decisão de Adjudicação	10
Artigo 19.º	Documentos de Habilitação	10
Artigo 20.º	Registo do Benefici�rio Efetivo.....	12
Artigo 21.º	Idioma dos Documentos de Habilitação	12
Artigo 22.º	Não Apresentação dos Documentos de Habilitação.....	12
Artigo 23.º	Falsidade de Documentos e Declarações.....	12
Artigo 24.º	Prestação de Caução	13
PARTE V.	Contrato	13
Artigo 25.º	Minuta do Contrato.....	13
Artigo 26.º	Celebração do Contrato	13

PARTE VI. Disposições Finais.....	14
Artigo 27.º Despesas e Encargos do Adjudicatário.....	14
Artigo 28.º Legislação Aplicável.....	14

PARTE I.

DISPOSIÇÕES GERAIS

Artigo 1.º

Identificação do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual tem por objeto a aquisição de serviços de transferes para vários Departamentos da Ágora E.M. para o ano de 2025.

Artigo 2.º

Entidade Adjudicante

A Entidade Adjudicante é a **Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A.**, com sede na Rua Bartolomeu Velho, n.º 648, 4150-124 Porto, telefone: 22 6199860, fax: 22 6199869 e e-mail: geral@agoraporto.pt.

Artigo 3.º

Órgão Competente para a Decisão de Contratar

O órgão competente para a decisão de contratar e autorizar a despesa do presente procedimento são os Administradores Executivos do Conselho de Administração da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., Ester Gomes da Silva e César Vasconcelos Navio no âmbito da delegação de competências do Conselho de Administração de 10 de dezembro de 2021, nos termos do n.º 1 do art. 36.º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro (de ora em diante designado abreviadamente por CCP).

Artigo 4.º

Fundamento de Escolha do Procedimento

O presente procedimento pré-contratual é realizado ao abrigo do disposto na al. a) do n.º 1 do artigo 24.º do CCP.

Artigo 5.º

Peças do Procedimento

1. As peças que instruem o procedimento de Ajuste Direto são as seguintes:
 - a) **Convite e Anexos I, II, III** (Modelos de Declaração) e **IV** (Modelo Proposta de Preço).

b) **Caderno de Encargos e Anexo I.**

2. O procedimento integrará ainda, se for caso disso, os esclarecimentos e as retificações que venham a ser prestados nos termos definidos no presente Convite.

Artigo 6.º

Consulta e Aquisição das Peças do Procedimento

1. O Processo de Ajuste Direto será integralmente disponibilizado na plataforma eletrónica de contratação pública AcinGov, acessível através do sítio eletrónico www.acingov.pt, onde será possível fazer a consulta e o download das peças do procedimento, bem como apresentar a proposta.
2. O Processo de Ajuste Direto encontra-se, também, patente para consulta na sede da Ágora – Cultura e Desporto do Porto, E.M., S.A., sita na Rua Bartolomeu Velho, 648, 4150-124 Porto, com o telefone n.º 226 199 860, fax n.º 226 199 869 e endereço eletrónico geral@agoraporto.pt, onde pode ser examinado, durante as horas de expediente (das 9h30m às 12h30m e das 14h30m às 17h30m), desde a data do envio das peças para publicação até ao termo do prazo fixado para a apresentação das propostas.
3. O *download* das peças do Processo de Ajuste Direto deverá ser feito de forma direta na plataforma eletrónica.

Artigo 7.º

Esclarecimentos, retificações e erros e omissões das Peças do Procedimento

1. Os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento devem ser solicitados, por escrito, ao órgão competente para a decisão de contratar, no primeiro terço do prazo fixado para apresentação da proposta, na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º, devendo ser sempre indicado no assunto a referência do procedimento.
2. No mesmo prazo previsto no número anterior, deverá ser apresentada lista na qual se identifique, expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelo adjudicatário, que deve ser carregada na plataforma eletrónica prevista no n.º 1 do Artigo 6.º.

3. A apresentação da lista na qual se identifique expressa e inequivocamente, os erros e as omissões das peças do procedimento detetados pelo adjudicatário devem respeitar o previsto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 50.º do CCP.
4. No caso de o adjudicatário vir a identificar esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças do procedimento, bem como erros e omissões das mesmas, em prazo posterior ao fixado nos n.ºs 1 e 2 do Artigo 7.º e que fossem possíveis de identificar dentro desse prazo, serão responsáveis, em metade, pelo pagamento dos trabalhos complementares necessários ao suprimento da falta de pedido dos esclarecimentos necessários e dos erros e omissões.
5. Até ao termo do segundo terço do prazo fixado para a apresentação das propostas, o órgão competente para a decisão de contratar:
 - a) Presta os esclarecimentos solicitados;
 - b) Pronuncia-se sobre os erros e as omissões identificados pelo adjudicatário, considerando-se rejeitados todos os que, até ao final daquele prazo, não sejam por ele expressamente aceites.
6. A prestação dos esclarecimentos e a pronúncia sobre os erros e omissões referidos no número anterior serão notificados através da plataforma eletrónica utilizada para a condução do procedimento, e ficarão disponíveis para consulta na sede da Entidade Adjudicante.
7. Foi delegado nos serviços da Entidade Adjudicante, a competência nos termos do artigo 66.º do CPP, para a decisão sobre a classificação de documentos da proposta e respetiva desclassificação (se no decurso do procedimento deixarem de se verificar os pressupostos que determinaram a sua classificação), bem como os poderes para prestar os esclarecimentos necessários à boa compreensão e interpretação das peças procedimentais e proceder à avaliação, classificação e graduação das propostas, e decidir, de acordo com o disposto no artigo 64.º, n.º 1 do CCP, sobre a prorrogação do prazo.

Artigo 8.º

Indicação do Preço Base

1. A Ágora pagará ao Cocontratante os montantes que resultarem da proposta adjudicada, que não poderá ultrapassar **€ 16 390,83 (dezassex mil trezentos e noventa euros e oitenta e três cêntimos)** acrescido de IVA à taxa legal em vigor.
2. O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao Contraente Público.

PARTE II.

PROPOSTA

Artigo 9.º

Modo e Prazo de Apresentação da Proposta

1. Nos termos do art.º. 62º n.º 1 do Código dos Contratos Públicos, a apresentação da proposta e dos documentos que a acompanham, deverá ser realizada exclusivamente através da plataforma eletrónica de contratação pública disponível em www.acingov.pt, até às **17:00 horas do 9.º (nono) dia contado da data do envio do convite**.
2. A proposta considera-se entregue no momento em que o concorrente procede à submissão da totalidade dos documentos que a integram.
3. Para efeitos do disposto no número anterior, considera-se a proposta submetida no momento, após o carregamento da mesma na plataforma eletrónica, em que o concorrente efetiva a assinatura eletrónica da mesma.
4. A receção da proposta será registada, anotando-se a data e a hora em que são recebidas, e culmina com a entrega ao concorrente de um recibo eletrónico comprovativo dessa receção.

Artigo 10.º

Conteúdo da Proposta

1. A proposta deverá conter toda a informação solicitada no Caderno de Encargos, nomeadamente:
 - a) Descrição dos bens a adquirir e serviços a fornecer;
 - b) Preço(s) unitários, e total, com exclusão de IVA.

2. A proposta deverá ser assinada pelo Concorrente ou por Representante com poderes para o obrigar.
3. Sem prejuízo do disposto nas normas legais relativas às causas de exclusão das propostas, a não descrição da informação exigida nas alíneas a) a b) do n.º 1 da presente Cláusula constitui causa de exclusão.
4. Prazo da obrigação de manutenção da proposta, é o estabelecido no artigo 14.º do presente Convite.

Artigo 11.º

Documentos que Integram a Proposta

1. A proposta deve incluir os seguintes elementos documentais, cuja apresentação é obrigatória:
 - a) Declaração do Concorrente de Aceitação do Conteúdo do Caderno de Encargos, elaborada em conformidade com o modelo constante no **Anexo I** ao presente Convite, devidamente assinada pelo Concorrente ou por representante legalmente autorizado (Modelo de declaração a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º do Código dos Contratos Públicos).
 - b) Proposta de preço elaborado de acordo com o modelo de proposta – **Anexo IV** ao presente Convite – que contenha os dados do gestor do contrato, o preço total das prestações que compõem o objeto do contrato e lista de preços unitários para os itens discriminados nas tabelas, elaboradas em conformidade com o modelo constantes Excel junto, a apresentar em formato.pdf e formato .xls.- apenas deverão ser preenchidas as células vazias de cor laranja do modelo de proposta de preço;
 - c) Certidão do Registo Comercial ou o respetivo Código de Acesso à Certidão Permanente para a sua consulta online.
 - d) Declaração emitida conforme o modelo constante no **Anexo III** ao presente Convite (Declaração de não participação no procedimento de entidades especialmente relacionadas entre si);
2. Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente redigidos em língua portuguesa.

3. Os documentos que constituem a proposta serão obrigatoriamente apresentados em formato PDF.

Artigo 12.º

Requisitos da Proposta e respetivos Documentos

1. A proposta, assim como os documentos que a constituem, devem ser assinados eletronicamente mediante a utilização de certificado de assinatura eletrónica e organizados de acordo com a sequência com que estão elencados no ponto anterior.
2. A declaração referida na al. a) do n.º 1 do Artigo 11.º do presente Convite deverá ser assinada pelo concorrente ou por representante que tenha poderes para o obrigar.
3. No caso de a proposta ser apresentada por um agrupamento concorrente, a declaração referida na al. b) do n.º 1 do Artigo 11.º do presente Convite deverá ser assinada pelo representante dos membros que o integram, caso em que devem ser juntos à declaração os instrumentos de mandato emitidos por cada um dos seus membros ou, não existindo representante comum, deve ser assinada por todos os seus membros ou respetivos representantes.
4. Todos os demais documentos que devam ser emitidos pelo candidato ou membro de agrupamento candidato serão assinados pelo mesmo, devendo respeitar o disposto nos n.ºs 2 e 3 do Artigo 12.º do presente Convite.

Artigo 13.º

Propostas Variantes

Não são admitidas propostas variantes.

Artigo 14.º

Obrigação de manutenção da proposta

Nos termos do artigo 65.º do CCP, o prazo mínimo da obrigação de manutenção das propostas é de sessenta e seis (66) dias, contados do termo do prazo fixado para a apresentação das mesmas.

Artigo 15.º

Alteração e/ou Retirada da Proposta

1. Até ao termo do prazo fixado para apresentação das propostas, os concorrentes podem retirar as propostas que tenham apresentado, bastando comunicar tal facto à entidade adjudicante.
2. O exercício da faculdade prevista no número anterior não prejudica o direito de apresentação de nova proposta dentro daquele prazo.

PARTE III.

ANÁLISE DA PROPOSTA

Artigo 16.º

Esclarecimentos sobre os Documentos que integram a Proposta

1. Poderão ser pedidos aos concorrentes quaisquer esclarecimentos sobre as suas propostas que considere necessários para efeito da análise e da avaliação das mesmas.
2. Se existirem fundadas dúvidas quanto à validade ou regularidade de qualquer documento, por este se encontrar rasurado ou apresentar qualquer outra irregularidade, poderá ser solicitado ao Concorrente (ou ao seu representante legal, se aplicável) que apresente o original ou cópia autenticada do mesmo.
3. Nos casos referidos nos números anteriores, os esclarecimentos e os documentos deverão ser prestados pelos concorrentes num prazo máximo de cinco dias.
4. Os esclarecimentos sobre as propostas prestados pelos respetivos concorrentes e os documentos referidos no n.º 2 fazem parte integrante das mesmas, desde que não contrariem os elementos constantes dos documentos que as constituem, não alterem ou completem os respetivos atributos, nem visem suprir omissões que determinam a sua exclusão.
5. Os esclarecimentos e os documentos referidos nos números anteriores devem ser disponibilizados na plataforma eletrónica, devendo o adjudicatário ser notificada desse facto.

Artigo 17.º

Análise da Proposta

A proposta será excluída se da sua análise revelar, alguma das causas de exclusão legalmente previstas.

PARTE IV.

ADJUDICAÇÃO

Artigo 18.º

Notificação da Decisão de Adjudicação

1. A decisão de adjudicação deverá ser notificada ao adjudicatário até ao termo do prazo da obrigação de manutenção das propostas, nos termos do disposto no n.º 1 do artigo 76.º do CCP.
2. Juntamente com a notificação da decisão de adjudicação, o órgão competente para a decisão de contratar envia ao adjudicatário a minuta do contrato e, simultaneamente, notifica-o para no prazo máximo de **05 (cinco) dias** apresentar os documentos de habilitação solicitados no ponto seguinte.

Artigo 19.º

Documentos de Habilitação

1. O Adjudicatário deve entregar, no prazo de **05 (cinco) dias** a contar da data de notificação da adjudicação:
 - a) Declaração emitida conforme o modelo constante no **Anexo II** ao presente Convite (Declaração para Habilitação);
 - b) Documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do artigo 55.º do CCP, nomeadamente, certidões de registo criminal do adjudicatário e de todos os titulares dos órgãos sociais de administração, direção ou gerência, que se encontrem em efetividade de funções e, declarações de não dívida à Segurança Social e às Finanças (ou respetivas autorizações para consulta dos dados).
 - c) Documento comprovativo de que possuem os requisitos de acesso à atividade de TVDE ou de operador de Táxi.

- d) Documentos exigidos no caderno de encargos relativamente a cada um dos trabalhadores alocados à execução do contrato, a saber: Carta de condução (com mais de 3 anos, da categoria B com averbamento no grupo 2), certificado de curso formação rodoviária, registo Criminal sem assentamento de qualquer incidência; comprovativo de titularidade de Certificação CMTVDE ou de condutor de Táxi, cópia de contrato escrito que titule a relação entre o trabalhador e a entidade cocontratante
2. O Adjudicatário deve apresentar reprodução dos documentos de habilitação referidos no número anterior através da plataforma eletrónica utilizada pela Entidade Adjudicante www.acingov.pt, com exclusão de qualquer outro meio de transmissão eletrónica de dados.
3. Quando os documentos a que se refere o n.º 1 se encontrem disponíveis na Internet, o Adjudicatário pode, em substituição da apresentação da sua reprodução, indicar à Entidade Adjudicante o endereço do sítio onde aqueles podem ser consultados, bem como a informação necessária a essa consulta, desde que os referidos sítio e documentos dele constantes estejam redigidos em língua portuguesa.
4. No prazo **de dois (2) dias** deverá o adjudicatário proceder à supressão de irregularidade detetadas nos documentos apresentados que possam levar à caducidade da adjudicação nos termos do disposto no artigo 86.º do CCP.
5. O órgão competente para a decisão de contratar pode sempre exigir ao adjudicatário, em prazo a fixar para o efeito, a apresentação dos originais de quaisquer documentos cuja reprodução tenha sido apresentada nos termos do disposto no n.º 1, em caso de dúvida fundamentada sobre o conteúdo ou a autenticidade destes, sendo aplicável, com as necessárias adaptações, o disposto no artigo 86.º do CCP.

Artigo 20.º

Registo central do beneficiário efetivo

1. Em simultâneo com a apresentação dos documentos de habilitação, e em cumprimento da obrigação estatuída no artigo 5.º do Regime Jurídico do Beneficiário Efetivo (RCBE), aprovado pela Lei n.º 89/2017 de 21 de agosto, deverá o adjudicatário apresentar documento comprovativo de registo no RCBE ou, em alternativa, facultar à Entidade Adjudicante o respetivo código de acesso.

2. A falta de apresentação do documento enunciado no número anterior, nos termos do estatuído na alínea b), do n.º 1, do artigo 37.º da Lei 89/2017, impede a celebração do contrato objeto do presente procedimento.
3. O incumprimento da obrigação prevista no número 1 do presente artigo, determina, de per si, a caducidade da adjudicação nos termos e para os efeitos previstos no artigo 87-A do CCP.

Artigo 21.º

Idioma dos Documentos de Habilitação

1. Todos os documentos de habilitação devem ser redigidos em língua portuguesa.
2. Quando, pela sua própria natureza ou origem, os documentos de habilitação estiverem redigidos em língua estrangeira, deve o adjudicatário fazê-los acompanhar de tradução devidamente legalizada.

Artigo 22.º

Não Apresentação dos Documentos de Habilitação

1. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, ao adjudicatário, não apresentarem os documentos de habilitação no prazo fixado no presente Convite.
2. Quando as situações previstas no número anterior se verificarem por facto que não seja imputável às entidades adjudicatárias, será concedido, em função das razões invocadas, um prazo adicional para apresentação dos documentos em falta, sob pena de caducidade da adjudicação.

Artigo 23.º

Falsidade de Documentos e Declarações

Sem prejuízo da participação às entidades competentes para efeitos de procedimento criminal, a falsificação de quaisquer documentos de habilitação ou a prestação culposa de falsas declarações determina a caducidade da adjudicação, sendo aplicável o disposto no n.º 1 do Artigo 22.º.

Artigo 24.º

Prestação de Caução

Nos termos do n.º 2 do artigo 88.º do CCP, o adjudicatário encontra-se dispensado da prestação de caução.

PARTE V.

CONTRATO

Artigo 25.º

Minuta do Contrato

1. A minuta do contrato será enviada para aceitação do Adjudicatário, juntamente com a notificação da decisão de adjudicação e considerar-se-á aceite por este quando haja aceitação expressa ou, quando não haja reclamação nos **02 (dois) dias** subsequentes à respetiva notificação.
2. No prazo de **10 (dez) dias** a contar da data de receção da reclamação, o órgão que aprovou a minuta do contrato notifica o Adjudicatário da sua decisão, equivalendo o silêncio à sua rejeição.

Artigo 26.º

Celebração do Contrato

1. A outorga do contrato deve ter lugar no prazo de **30 (trinta) dias** contados da data da aceitação da minuta ou da decisão sobre a reclamação contra aquela.
2. O órgão competente para a decisão de contratar comunica ao prestador de serviços, com a antecedência mínima de **05 (cinco) dias**, a data, hora e local em ocorrerá a outorga do contrato.
3. A adjudicação caduca se, por facto que lhe seja imputável, o prestador de serviços não comparecer no dia, hora e local fixados para a outorga do contrato.

PARTE VI.

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 27.º

Despesas e Encargos do Adjudicatário

Constituem encargos do adjudicatário as despesas inerentes à elaboração da proposta.

Artigo 28.º

Legislação Aplicável

Em tudo o que não esteja especialmente previsto no presente Convite aplica-se o regime previsto no Código dos Contratos Públicos (Decreto-Lei n.º 18/2008 de 29 de janeiro) na sua redação atual e demais legislação aplicável.

ANEXO I

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 57.º ou a subalínea i) da alínea b) e alínea c) do n.º 3 do artigo 256.º-A, conforme aplicável]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), tendo tomado inteiro e perfeito conhecimento do caderno de encargos relativo à execução do contrato a celebrar na sequência do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa) e, se for o caso, do caderno de encargos do acordo-quadro aplicável ao procedimento, declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) se obriga a executar o referido contrato em conformidade com o conteúdo do mencionado caderno de encargos, relativamente ao qual declara aceitar, sem reservas, todas as suas cláusulas.

2 - Declara também que executa o referido contrato nos termos previstos nos seguintes documentos, que junta em anexo (3):

a)...

b)...

3 - Declara ainda que renuncia a foro especial e se submete, em tudo o que respeitar à execução do referido contrato, ao disposto na legislação portuguesa aplicável.

4 - Mais declara, sob compromisso de honra, que não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

5 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

6 - Quando a entidade adjudicante o solicitar, o concorrente obriga-se, nos termos do disposto no artigo 81.º do Código dos Contratos Públicos, a apresentar os documentos comprovativos de que não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do referido Código.

7 - O declarante tem ainda pleno conhecimento de que a não apresentação dos documentos solicitados nos termos do número anterior, por motivo que lhe seja imputável, determina a caducidade da adjudicação que eventualmente recaia sobre a proposta apresentada e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (4)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Enumerar todos os documentos que constituem a proposta, para além desta declaração, nos termos do disposto nas alíneas b), c) e d) do n.º 1 e nos n.os 2 e 3 do artigo 57.º

(4) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO II

Modelo de declaração

[a que se refere a alínea a) do n.º 1 do artigo 81.º]

1 - ... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), adjudicatário(a) no procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que a sua representada (2) não se encontra em nenhuma das situações previstas no n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos:

2 - O declarante junta em anexo [ou indica...como endereço do sítio da Internet onde podem ser consultados (3)] os documentos comprovativos de que a sua representada (4) não se encontra nas situações previstas nas alíneas b), d), e) e h) do n.º 1 do artigo 55.º do Código dos Contratos Públicos.

3 - O declarante tem pleno conhecimento de que a prestação de falsas declarações implica a caducidade da adjudicação e constitui contraordenação muito grave, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, a qual pode determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

... (local),... (data),... [assinatura (5)].

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(3) Acrescentar as informações necessárias à consulta, se for o caso.

(4) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão «a sua representada».

(5) Nos termos do disposto nos n.os 4 e 5 do artigo 57.º

ANEXO III

Modelo de declaração

Entidades Especialmente Relacionadas

... (nome, número de documento de identificação e morada), na qualidade de representante legal de (1)... (firma, número de identificação fiscal e sede ou, no caso de agrupamento concorrente, firmas, números de identificação fiscal e sedes), no âmbito do procedimento de... (designação ou referência ao procedimento em causa), declara, sob compromisso de honra, que:

1. Os dados relativos à sua representada (2) constantes do Registo Central do Beneficiários Efetivo (RCBE) são válidos e estão atualizados na presente data.
2. Para além da sua representada (2), não concorre ao presente procedimento qualquer entidade especialmente relacionada com a mesma, considerando-se como tal, nomeadamente, qualquer entidade que partilhe, ainda que apenas parcialmente, representantes legais ou sócios, que se encontre em relação de simples participação, de participação recíproca, de domínio ou de grupo, ou que tenha, direta ou indiretamente, um interesse financeiro ou económico na participação da sua representada no presente procedimento.
3. Tem pleno conhecimento de a participação de concorrente em violação do disposto nos números anteriores bem como a prestação de falsas declarações implica, consoante o caso, a exclusão da proposta apresentada ou a caducidade da adjudicação que eventualmente sobre ela recaia e constituem contraordenações muito graves, nos termos do artigo 456.º do Código dos Contratos Públicos, as quais podem determinar a aplicação da sanção acessória de privação do direito de participar, como candidato, como concorrente ou como membro de agrupamento candidato ou concorrente, em qualquer procedimento adotado para a formação de contratos públicos, sem prejuízo da participação à entidade competente para efeitos de procedimento criminal.

(1) Aplicável apenas a concorrentes que sejam pessoas coletivas.

(2) No caso de o concorrente ser uma pessoa singular, suprimir a expressão 'a sua representada'.

... (local), ... (data), ... [assinatura]

ANEXO IV

Modelo de Proposta de Preço

Nome [...], com o número de identificação fiscal [...] e cartão do cidadão n.º [...], válido até [...], residente em [...], na qualidade de representante legal da [...], com número de pessoa coletiva [...] e sede na [...], depois de ter tomado conhecimento do Procedimento para a aquisição de serviços de transferes com a referência **R_3938/2024**, declara que a sua representada se obriga a executar o objeto contratual, em conformidade com o caderno de encargos, pela quantia global de € ---,-- (----- Euros)¹, que não inclui o imposto sobre o valor acrescentado, de acordo com os seguintes preços unitários por tipologia:

Item	TIPO DE VIATURA (Máx. passageiros por deslocação)	PERCURSO		Preços máximos unitários (PB item)	Preços unitário do item i da proposta (PP item)	Preços totais máximos (s/IVA)	
		ORIGEM -->	DESTINO			Nº estimado de deslocações (Deslocações)	TOTAL = PP item x Deslocações
		DESTINO	<--ORIGEM	(s/IVA)	(s/IVA)		
1.1	Até máx. 3 passageiros - OPÇÃO A STANDARD (viatura do tipo "Renault Megane SW / Opel ASTRA SW" ou equivalente)	Aeroporto Francisco Sá Carneiro	- Instalações Ágora (por ex. Batalha Centro Cinema, Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre, CAMPUS, Casa Tait, Matadouro) - Hotéis; - Outros locais;	27,14 €		90	- €
1.2	Até máx. 3 passageiros - OPÇÃO B EXECUTIVE (viatura do tipo "Mercedes E-Class" ou equivalente)			35,02 €		181	- €
1.3	Até máx. 6 passageiros			50,03 €		45	- €
1.4	Até máx. 8 passageiros			73,10 €		10	- €
1.5	Até max. 19 passageiros			119,69 €		4	- €
1.6	Até máx. 3 passageiros - OPÇÃO A STANDARD (viatura do tipo "Renault Megane SW / Opel ASTRA SW" ou equivalente)	Campanhã - Estação de Combolo	- Instalações Ágora (por ex. Batalha Centro Cinema, Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre, CAMPUS, Casa Tait, Matadouro) - Hotéis; - Outros locais;	22,64 €		20	- €
1.7	Até máx. 3 passageiros - OPÇÃO B EXECUTIVE (viatura do tipo "Mercedes E-Class" ou equivalente)			30,52 €		83	- €
1.8	Até máx. 6 passageiros			36,53 €		1	- €
1.9	Até máx. 8 passageiros			57,10 €		1	- €
1.10	Até max. 19 passageiros			94,69 €		1	- €
1.11	Até máx. 3 passageiros - OPÇÃO A STANDARD (viatura do tipo "Renault Megane SW / Opel ASTRA SW" ou equivalente)	- Instalações Ágora (por ex. Batalha Centro Cinema, Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre, CAMPUS, Casa Tait, Matadouro) - Hotéis; - Outros locais;	- Instalações Ágora (por ex. Batalha Centro Cinema, Teatro Rivoli, Teatro Campo Alegre, CAMPUS, Casa Tait, Matadouro) - Hotéis; - Outros locais;	22,64 €		25	- €
1.12	Até máx. 3 passageiros - OPÇÃO B EXECUTIVE (viatura do tipo "Mercedes E-Class" ou equivalente)			30,52 €		1	- €
1.13	Até máx. 6 passageiros			36,53 €		1	- €
1.14	Até máx. 8 passageiros			57,10 €		1	- €
1.15	Até max. 19 passageiros			94,69 €		3	- €
						467	- €

Dados do representante responsável pelo acompanhamento da execução do contrato
 nome completo -
 contacto telefónico –
 endereço eletrónico –:

NOTA: As quantidades previstas na tabela são uma mera estimativa, reservando-se a Entidade Adjudicante a não adquirir a totalidade das deslocações mencionadas nesta.

¹ O concorrente deve preencher o preço por algarismos e por extenso